

Ministério da Deseducação

A equipa do Ministério da Educação tudo tem feito para denegrir a imagem dos professores junto da opinião pública, para melhor concretizar a sua estratégia de desinvestimento na educação. Recorreu a todos os meios, fazendo da legitimidade democrática a justificação de uma política autoritária, unilateral e demagógica. Conspurcou a dignidade profissional dos docentes, retirando especificidade às suas funções e conferindo um carácter prolixo, vago e ambíguo às tarefas a desempenhar por estes. Aumentou substancialmente a carga horária com as inacreditáveis horas de substituição, ameaçaram-se docentes que lutavam por seus direitos com processos disciplinares, contrariando os valores fundamentais da liberdade de pensamento e de escolha, elaboraram-se estatísticas de faltas a serem noticiadas intencionalmente em jornadas de luta, com o intuito de retaliar face ao sucesso da greve de 18 de Novembro do ano transacto, atitude bem expressiva do "modus operandi" do Ministério. Estas medidas são justificadas, demagogicamente, com o sucesso escolar e as dificuldades financeiras do país. Duvida-se que surtam algum efeito positivo, para além do amealhar de alguns euros, gastos imediatamente em indemnizações milionárias a administradores de empresas públicas e ordenados e mais regalias dos políticos. Os grandes problemas no ensino continuam, desde a falta de meios nas escolas, materiais e humanos, até à ausência de políticas integradas, propiciadoras de projectos curriculares inclusivos e flexíveis face à heterogeneidade da população escolar. Evidentemente que é possível uma Escola pública de qualidade, quando pensada seriamente, por espíritos rigorosos e, simultaneamente, humanistas, em vez de gestores prenhes de ideias e de números, planificando a optimização dos resultados como as escolas se tratassem de fábricas de salsichas. A mentalidade neoliberal do Ministério só acentuará as lacunas da Escola pública, estimulando o ensino privado, cuja possibilidade de escolha de alunos permite, naturalmente, melhores resultados, originando "off shores" de avaliação, descontextualizados da realidade nacional, que posteriormente vão entrar nos rankings em pé de igualdade com todas as outras escolas, não existindo qualquer critério susceptível de garantir credibilidade a esta listagem, a não ser encontrar pretextos para discriminar negativamente a Escola pública. Face a este panorama e com a Ministra e os secretários de estado que estão à frente dos destinos da educação, é de esperar o pior.